

Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais

PLOA 2024 – PLN 29/2023
(Projeto de Lei Orçamentária Anual – 2024)

– *Principais informações* –

Setembro de 2023

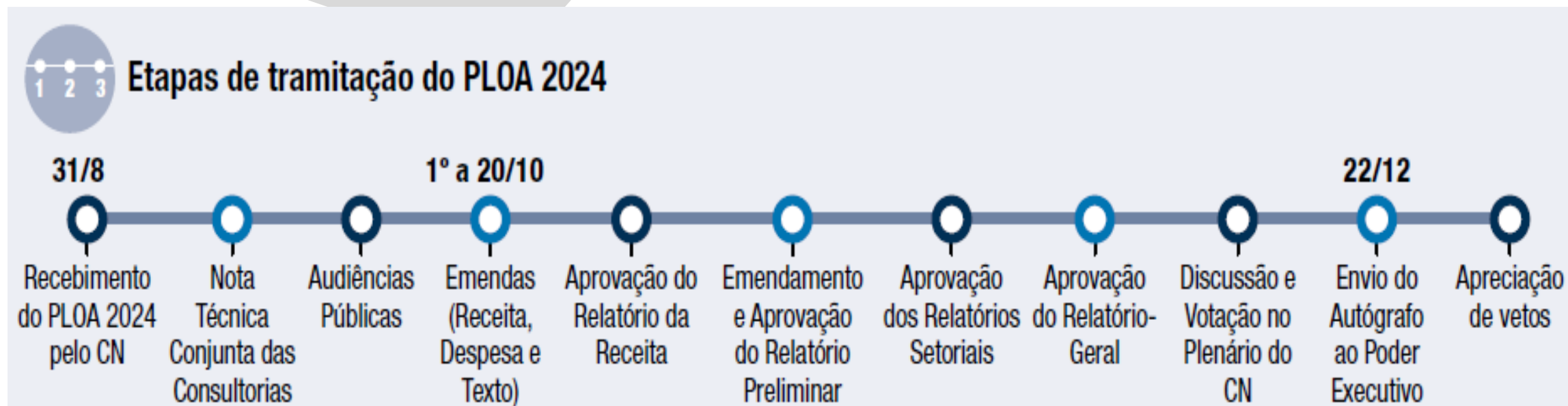


DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

PLOA 2024 – PLN 29/2023 – Etapas de tramitação



Etapas de tramitação do PLOA 2024



Fonte: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9449923&ts=1693936714739&disposition=inline>

https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2023/notas_tecnicas/INFPLOA2023.pdf

PLOA 2024 - Projeções de Variáveis Macroeconômicas



Projeções de variáveis macroeconômicas

	Observado				Projeções*				
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB (var. % anual)	1,2	-3,3	5,0	2,9	2,5	2,3	2,8	2,4	2,6
IPCA (var. % ac. ano)	4,31	4,52	10,06	5,79	4,85	3,30	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio R\$/US\$ (média anual)	3,95	5,16	5,40	5,16	5,01	5,02	5,09	5,18	5,23
Taxa Selic (var. % média anual)	5,90	2,64	3,91	12,34	13,12	9,80	7,82	7,05	7,06

*Projeções: Grade de Parâmetros Macroeconômicos – SPE/MF, de julho/2023.

Fonte e elaboração: SPE/MF.

Variáveis macroeconômicas relevantes




DESCRIÇÃO	2023		2024	
	AVALIAÇÃO 3º BIM	EXPECTATIVA MERCADO	PLOA	EXPECTATIVA MERCADO
PIB nominal (R\$ bilhões)	10.715,2	-	11.420,7	-
Crescimento real do PIB (%)	2,54	2,31	2,26	1,33
IPCA acumulado (%)	4,85	4,90	3,30	3,87
INPC acumulado (%)	4,48	-	3,01	-
Taxa de câmbio (R\$/US\$) - fim de período	5,00	4,98	5,06	5,00
Taxa Selic (% a.a.) - fim de período	11,77	11,75	8,81	9,00
Crescimento nominal da massa salarial (%)	9,41	-	5,69	-
Salário mínimo (R\$)	1.320,0	-	1.421,0	-

Fontes: Avaliação de receitas e despesas do 3º Bimestre de 2023, Mensagem Presidencial do PLOA 2024, Boletins Panorama Macroeconômico de março e agosto de 2023 e Relatório de Mercado Focus de 25/08/2023.

Boletim FOCUS – BACEN (8 de setembro)

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

8 de setembro de 2023

	2023				2024				2025		2026	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%) 	4,84	4,92	4,93	▲ (2)	3,86	3,88	3,89	▲ (3)	3,50	= (7)	3,50	= (10)
PIB (var. %) 	2,29	2,56	2,64	▲ (3)	1,30	1,32	1,47	▲ (1)	2,00	▲ (1)	2,00	= (5)
CÂMBIO (R\$/US\$) 	4,93	4,98	5,00	▲ (1)	5,00	5,00	5,02	▲ (1)	5,10	= (2)	5,15	▼ (1)
SELIC (% a.a.) 	11,75	11,75	11,75	= (5)	9,00	9,00	9,00	= (5)	8,50	= (5)	8,50	= (6)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

PLOA 2024 – “Colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda”

OBS: No PLOA 2024, o governo federal indica as prioridades não só para o próximo ano, mas também quais as principais políticas públicas que o governo irá focar esforços até 2027



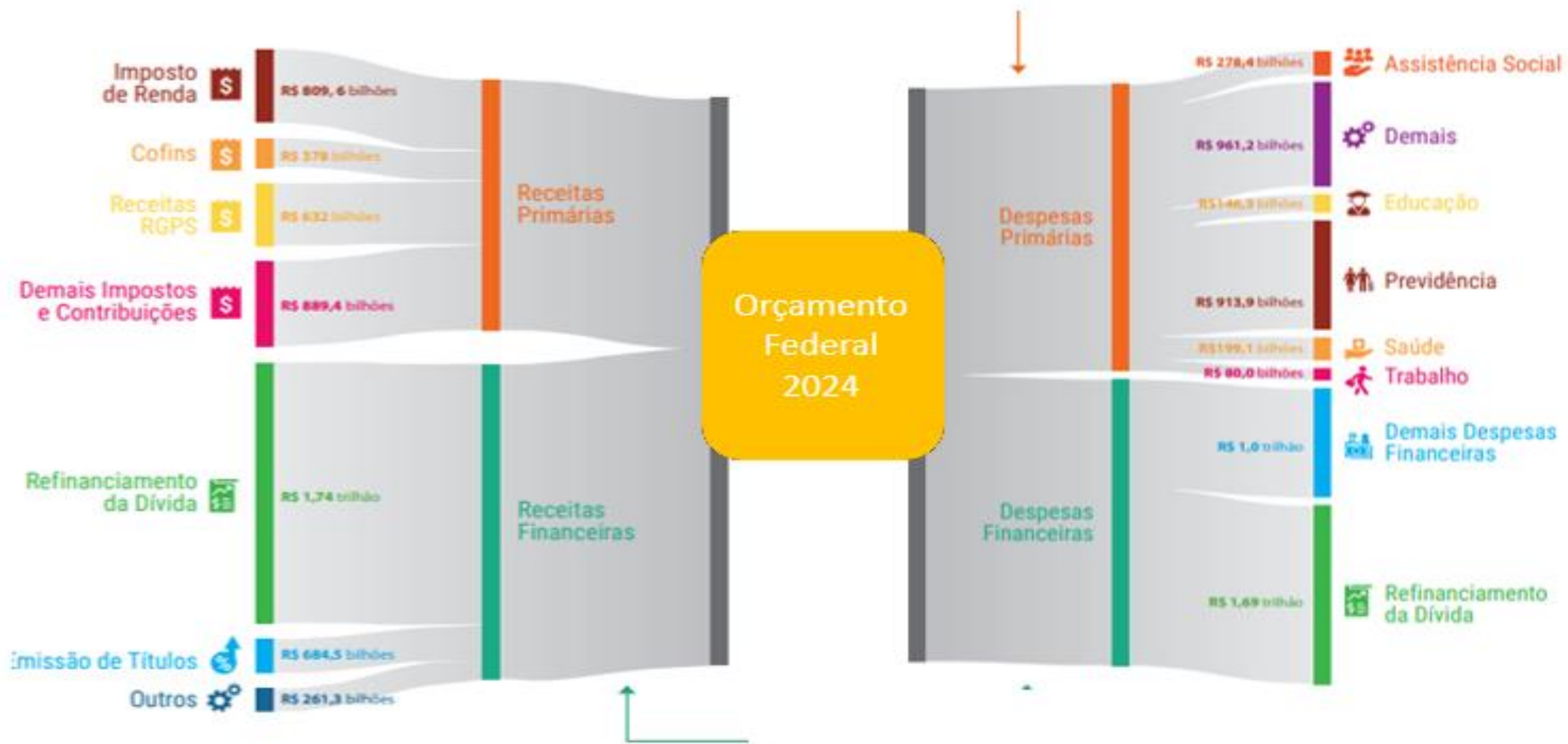
Mensagem Presidencial do PLOA 2024

- A política econômica do governo tem como objetivo: **elev**ar as taxas de crescimento da economia brasileira e consolidar as condições para o *desenvolvimento sustentável do país*, com responsabilidade fiscal, social e ambiental. Para atingir esses objetivos, devem contribuir os estímulos para retomada dos investimentos e as medidas de facilitação do crédito, os programas para redução da inadimplência, as reformas fiscal, tributária e financeira, as políticas para redução de desigualdades e o plano de transformação ecológica;
- As reformas fiscal e tributária e as políticas de redução de desigualdade de renda devem contribuir para a expansão do potencial de crescimento do país e para a redução estrutural dos juros. O novo regime fiscal contempla, em simultâneo, **crescimento real dos gastos e recuperação do resultado primário a fim de garantir trajetória sustentável para a dívida**. A reforma tributária sobre o consumo de bens e serviços deverá simplificar a cobrança dos impostos, reduzir cumulatividades na cadeia produtiva e ainda desonerar a indústria e as exportações, segmentos mais prejudicados pelo antigo sistema. Os ganhos de eficiência alocativa e de aumento da produtividade por causa da reforma deverão contribuir para elevar de maneira substancial o PIB potencial das próximas duas décadas;

Mensagem Presidencial do PLOA 2024

- As políticas para redução da desigualdade buscam garantir *crescimento com inclusão social*. Destacam-se, nesse sentido, as políticas de valorização do salário mínimo e de igualdade salarial entre mulheres e homens, que devem permitir elevar a participação dos salários na renda, reduzindo a disparidade entre os rendimentos do trabalho. O novo Bolsa-Família e o MCMV também são importantes para garantir aumento na disponibilidade de renda e melhores condições de vida a famílias de baixa renda;
- As reformas estruturais, microeconômicas e financeiras, junto com as políticas para incentivar os investimentos e reduzir as desigualdades, devem garantir maior produtividade, menor juros neutros e expansão do potencial de crescimento do país.

Estrutura do PLOA 2024



Orçamentos fiscal e da seguridade social por natureza da despesa

R\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADO 2022	AUTORIZADO 2023	PLOA 2024	PLOA 2024/ AUT. 2023 (VAR. %)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	360,3	393,2	407,1	3,5%
3 - Outras Despesas Correntes	1.885,6	2.053,2	2.200,3	7,2%
4 - Investimentos	51,2	73,6	58,9	-20,0%
5 - Inversões Financeiras	73,8	103,8	128,4	23,7%
9 - Reserva de Contingência	0,0	37,8	117,5	210,8%
Subtotal 1 (despesas exceto serviço da dívida)	2.370,9	2.661,7	2.912,2	9,4%
2 - Juros e Encargos da Dívida	247,3	325,8	436,1	33,8%
6 - Amortização da Dívida	1.638,4	2.233,6	2.043,6	-8,5%
Subtotal 2 (serviço da dívida)	1.885,8	2.559,5	2.479,7	-3,1%
Total da Despesa	4.256,6	5.221,2	5.391,9	3,3%

Fonte: PLOA 2024 e Siop.

Prioridades orçamentárias

- Nesse contexto, o PPA 2024-2027 traz consigo uma série de agendas prioritárias que visam promover o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais no país.

Prioridade	Proposta de 2024 (PLOA 2024)	Projeção de Despesa para 2025 (PPA 2024)	Projeção de Despesa para 2026 (PPA 2024)	Projeção de Despesa para 2027 (PPA 2024)
Combate à Fome e Redução das Desigualdades	298,7	314,5	323,7	336,0
Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática	13,5	14,2	15,3	15,9
Educação Básica	69,3	70,6	80,2	85,0
Novo PAC	91,4	97,5	103,8	110,1
Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda	61,7	58,7	62,2	63,9
Saúde: Atenção Primária e Atenção Especializada	166,5	174,0	182,8	196,7

Fonte: PLOA-2024 e PLPPA 2024-2027. Elaboração: SOF/MPO.

Demonstrativo do percentual de obrigatórias no Teto de Gastos por Poder e Órgão nos termos da art. 109 do ADCT

- Uma mudança na legislação orçamentária foi introduzida pela Emenda Constitucional 109 (EC 109/2021), que alterou o art. 109 do ADCT, estabelecendo que se verificado, na aprovação da lei orçamentária, que, no âmbito das despesas sujeitas aos limites do art. 107 do ADCT, a proporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total **for superior a 95%**, fossem aplicadas ao respectivo Poder ou órgão, até o final do exercício a que se refere a lei orçamentária, um **conjunto de vedações que limitam a elevação das despesas**, entre as quais a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado.

Demonstrativo do percentual de obrigatórias no Teto de Gastos por Poder e Órgão nos termos da art. 109 do ADCT

- Essa e as demais vedações passam a ter como referência a proporção das despesas obrigatórias primárias em relação ao total das despesas primárias.
- Embora a EC 109 estabeleça que o controle desses limites seja feito na aprovação da lei orçamentária, é possível verificar no Tabela 10 dos Demonstrativos relacionados ao art. 107 do ADCT que **os percentuais das despesas obrigatórias se encontram, para todos os poderes e órgãos, abaixo do limite estabelecido, ainda no momento da proposta orçamentária.**

Como o governo federal espera conseguir mais recursos em 2024?

Tabela 8 – Medidas Legislativas com Impacto Positivo, consideradas no PLOA-2024

Medidas Consideradas No Ploa 2024	Impacto Orçamentário em 2024 (R\$ Milhões)	
	Tributo	Total
I. Receita Administrada RFB (TOTAL)		167.598,7
Subvenções para Investimento	IRPJ CSLL PIS/Cofins	35.347,6
Aposta de Quota Fixa	IR Outras Receitas Administradas	728,0
Novo Regime de Tributação Simplificada - RTS	Imposto sobre a Importação	2.860,4
Fundos Fechados - Estoque e Fluxo em 2024	IR	13.280,0
CFC Pessoa Física e tributação de ativos financeiros no exterior de PFs	IR	7.049,2
Fim da dedutibilidade de Juros sobre o Capital Próprio	IRPJ CSLL	10.446,1
Recuperação de Créditos no CARF	IR CSLL PIS/Cofins IPI C. Previdenciária Outros	97.887,5
II. Receitas Administradas por Outros Órgãos (TOTAL)		918,7
Taxas de Loterias de Apostas por Quota Fixa	Taxas de Controle e Fiscalização	918,7
III. TOTAL (I + II)		168.517,3

Fonte: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB/MF

- Anexo V – informações do PLOA 2024

Anexo V do PLOA 2024

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 116, INCISO IV, DO PLN Nº 04, DE 14 DE ABRIL DE 2023, PLDO-2024, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2024

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO						
		QTDE	DESPESA					
			NO EXERCÍCIO			ANUALIZADA		
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES exceto reposição (1):								
5. Poder Executivo	197	40.555	3.033.848.131	505.494.309	3.539.342.440	4.090.643.830	682.649.674	4.773.293.504
5.1. Criação e provimentos de cargos e funções, exclusive substituição de terceirizados - Cíveis	197	30.966	2.778.246.402	505.494.309	3.283.740.711	3.619.937.912	682.649.674	4.302.587.586
5.1.1. Cargos e funções vagos	149	15.118	1.823.120.900	308.759.627	2.131.880.527	2.140.342.048	377.178.223	2.517.520.271
5.1.1.1. Provimento Poder Executivo, exceto BPEQ e QRTAE	-	14.969	1.816.144.610	306.806.266	2.122.950.876	2.126.557.463	373.318.539	2.499.876.002
5.1.1.2. Criação/Provimento de Cargos Efetivos	149	149	6.976.290	1.953.361	8.929.651	13.784.585	3.859.684	17.644.269
5.1.2. Anteprojeto de Lei - ANPD	48	48	3.948.913	-	3.948.913	4.049.155	-	4.049.155
5.1.3. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (4)	-	15.773	949.776.863	196.342.759	1.146.119.622	1.474.146.983	305.079.528	1.779.226.511
5.1.4. Lei nº 12.601/2012 - Cargos MRE	-	27	1.399.726	391.923	1.791.649	1.399.726	391.923	1.791.649
5.2. Fixação de efetivos - Militares	-	9.589	255.601.729	-	255.601.729	470.705.918	-	470.705.918
5.2.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	-	9.589	255.601.729	-	255.601.729	470.705.918	-	470.705.918
TOTAL DO ITEM I	3.343	47.227	3.826.932.117	613.983.510	4.440.915.627	5.233.760.103	831.019.547	6.064.779.650

Anexo V do PLOA 2024

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 116, INCISO IV, DO PLN Nº 04, DE 14 DE ABRIL DE 2023, PLDO-2024, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2024

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	QTDE	PROVIMENTO					
			DESPESA					
			NO EXERCÍCIO			ANUALIZADA		
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL
II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:								
5. Poder Executivo			1.233.680.980	55.474.926	1.289.155.906	1.233.680.980	55.474.926	1.289.155.906
5.1. Limite destinado ao atendimento de PLs relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo			368.266.600	55.474.926	423.741.526	368.266.600	55.474.926	423.741.526
5.2. Decreto nº 11.545/2023 - Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira			734.555.856	-	734.555.856	734.555.856	-	734.555.856
5.3. Limite destinado à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho			130.858.524	-	130.858.524	130.858.524	-	130.858.524
TOTAL DO ITEM II			2.169.171.855	154.804.950	2.323.976.805	2.225.208.531	161.791.282	2.386.999.813
TOTAL ANEXO V			5.996.103.972	768.788.460	6.764.892.432	7.458.968.634	992.810.829	8.451.779.463

(1) Para fins de reposição, considera-se exclusivamente o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupadas em março de 2023, cujas despesas compunham a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2024 e que venham a vagar *a posteriori*, não gerando, impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que acarretem pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

(2) Refere-se a Projeto de Lei de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento do Órgão ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesas.

- Evolução da Despesa com Pessoal e Encargos – informações constam no PLOA 2023

IV - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2020 e 2021, a execução provável em 2022 e o programado para 2023, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei de Responsabilidade Fiscal, e demonstração da memória de cálculo;

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

PODER / ÓRGÃO	R\$ Mil (Preços Correntes)							
	2020		2021		2022 - REPROG		2023	
	EXECUTADO	% RCL	EXECUTADO	% RCL	REPROG 2022	% RCL	PLOA 2023	% RCL
EXECUTIVO	269.802.467	41,38	278.010.082	26,17	287.907.160	23,79	309.137.158	26,86
Advocacia-Geral da União	3.525.594		3.582.804		3.570.544		3.564.488	
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.790.236		8.820.166		8.771.428		8.730.380	
Banco Central do Brasil	3.327.273		3.369.281		3.155.419		3.340.882	
Cidadania	409.272		145.107		155.686		148.293	
Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3.300.096		3.070.715		3.024.059		2.873.215	
Comunicações			503.123		532.732		537.234	
Controladoria-Geral da União	1.016.345		1.028.261		1.021.783		1.122.515	
Defesa	86.565.973		89.646.702		92.604.049		94.605.323	
Desenvolvimento Regional	2.262.385		2.600.100		2.633.002		2.697.517	
Economia	40.205.360		40.681.105		24.578.128		24.338.086	
Educação	69.500.737		72.205.602		73.710.974		75.548.246	
Encargos Financeiros da União	4.801.487		6.653.105		11.595.534		29.711.415	
Infraestrutura	3.947.956		3.852.313		3.801.336		3.806.321	
Justiça e Segurança Pública	11.705.049		11.958.663		12.320.019		12.597.149	
Meio Ambiente	1.678.616		1.698.146		1.760.785		1.705.042	
Minas e Energia	1.103.226		1.106.286		1.212.825		1.049.530	
Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	57.995		56.336		57.400		56.957	
Presidência da República	1.314.544		936.959		961.749		965.769	
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	2.966.658		2.889.056		3.074.062		2.851.329	
Relações Exteriores	1.774.565		1.774.040		1.930.706		1.903.142	
Saúde	18.359.616		17.936.943		18.133.501		18.446.126	
Trabalho e Previdência			-		15.798.427		14.999.955	
Turismo	325.989		604.316		605.644		598.371	
Vice-Presidência da República	8.586		9.073		9.079		10.173	
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	387.667		397.644		395.114		394.172	
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	255.120		247.673		249.007		281.285	
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	185.361		191.197		191.744		191.476	
Agência Nacional de Mineração - ANM	269.236		267.611		269.689		282.669	
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	606.650		614.030		613.979		611.687	
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	188.254		192.319		194.790		195.343	
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	258.324		262.854		261.519		259.921	
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	112.589		109.885		110.339		110.597	
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	384.949		384.614		386.052		386.463	
Agência Nacional de Águas - ANA	101.627		104.884		106.024		106.124	
Agência Nacional de Cinema - ANCINE	91.831		95.309		96.462		96.857	
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	13.300		13.860		13.570		13.106	

	19.999		19.999		19.979		19.199	
LEGISLATIVO	10.505.917	1,61	10.495.534	0,99	11.197.157	0,93	11.898.758	1,03
Câmara dos Deputados	4.859.060		4.858.833		5.400.997		6.005.511	
Senado Federal	3.734.498		3.737.865		3.877.459		3.943.024	
Tribunal de Contas da União	1.912.359		1.898.836		1.918.701		1.950.223	
JUDICIÁRIO	37.748.475	5,79	38.112.567	3,59	39.011.204	3,22	42.637.042	3,70
Conselho Nacional de Justiça	84.271		85.533		90.559		99.470	
Justiça do Trabalho	18.830.573		19.109.060		19.202.395		21.397.538	
Justiça Eleitoral	5.869.643		5.762.409		6.189.564		6.378.060	
Justiça Federal	10.771.149		10.938.307		11.288.166		12.276.673	
Justiça Militar	478.068		473.369		481.461		538.419	
Superior Tribunal de Justiça	1.217.095		1.240.130		1.246.303		1.408.184	
Supremo Tribunal Federal	497.675		503.759		512.756		538.697	
DPU	340.212	0,05	333.166	0,03	418.298	0,03	477.903	0,04
Defensoria Pública da União	340.212		333.166		418.298		477.903	
MPU e CNMP	5.355.171	0,82	5.467.650	0,51	5.379.464	0,44	5.751.106	0,50
Conselho Nacional do Ministério Público	52.501		53.623		54.045		60.399	
Ministério Público da União (Exceto MPDFT)	5.302.670		5.414.027		5.325.418		5.690.707	
DEMAIS (Incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19)	19.714.708	3,02	19.766.178	1,86	20.062.489	1,66	25.973.285	2,26
Justiça do DF e Territórios	2.600.380		2.634.298		2.670.215		2.994.870	
MPDF-Ministério Público do DF e Territórios	836.856		851.520		808.537		880.078	
Transferências (Ex-Território Amapá)	1.634.955		1.710.691		1.611.615		1.726.738	
Transferências (Ex-Território Roraima)	935.348		941.064		1.011.103		1.133.915	
Transferências - FCDF	13.707.169		13.628.605		13.961.019		19.237.684	
TOTAL DE DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO	343.466.949	52,68	352.185.177	33,15	363.975.773	30,08	395.875.256	34,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	651.943.266		1.062.519.048		1.210.188.068		1.150.958.611	

Obs: (1) Os valores de despesas apresentados são totais, ou seja, sem as exclusões previstas no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

LDO-2023, inciso V, alínea "b", do Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2023:

V - memória de cálculo das estimativas para 2023, com indicação dos órgãos e das entidades de competência técnica responsável pela estimativa previstos em regulamento:

(...)

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, com detalhamento dos valores correspondentes aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos, e às demais despesas relevantes;

Quadro I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 109 - LDO-2022	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	2022		2023					TOTAL
			REAJUSTES JÁ AUTORIZADOS	PROVIMENTOS 2022	PROVIMENTOS 2023	REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS	DISSÍDIOS DE ESTATAIS	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL	REINTEG. SERVIDORES EX- TERRITÓRIOS	
LEGISLATIVO	11.739.065	0	0	22.061	137.632	0	0	0	0	11.898.758
Câmara dos Deputados	5.968.178	0	0	9.651	27.682	0	0	0	0	6.005.511
Senado Federal	3.863.369	0	0	6.444	73.211	0	0	0	0	3.943.024
Tribunal de Contas da União	1.907.518	0	0	5.966	36.739	0	0	0	0	1.950.223
JUDICIÁRIO	42.323.623	0	0	219.379	839.422	2.249.488	0	0	0	45.631.912
Conselho Nacional de Justiça	89.946	0	0	458	3.866	5.200	0	0	0	99.470
Justiça do DF e Territórios	2.770.097	0	0	17.094	62.177	145.502	0	0	0	2.994.870
Justiça do Trabalho	19.805.573	0	0	32.792	569.252	989.921	0	0	0	21.397.538
Justiça Eleitoral	5.889.897	0	0	82.707	73.658	331.797	0	0	0	6.378.059
Justiça Federal	11.511.728	0	0	72.303	97.750	594.892	0	0	0	12.276.673
Justiça Militar	482.387	0	0	1.955	26.158	27.920	0	0	0	538.420
Superior Tribunal de Justiça	1.267.234	0	0	7.824	6.334	126.793	0	0	0	1.408.185
Supremo Tribunal Federal	506.761	0	0	4.246	227	27.463	0	0	0	538.697
DPU	375.177	0	0	10.117	7.728	84.881	0	0	0	477.903
Defensoria Pública da União	375.177	0	0	10.117	7.728	84.881	0	0	0	477.903
MPU	6.319.774	0	0	24.747	35.294	251.369	0	0	0	6.631.184
Conselho Nacional do Ministério Público	53.040	0	0	0	3.524	3.835	0	0	0	60.399
Ministério Público da União (Exceto MPDFT)	6.266.734	0	0	24.747	31.770	247.534	0	0	0	6.570.785
EXECUTIVO	295.687.540	11.831.389	3.110.999	363.998	3.314.125	11.534.028	2.434.072	2.182.889	776.459	331.235.499

R\$ MIL

EXECUTIVO	295.687.540	11.831.389	3.110.999	363.998	3.314.125	11.534.028	2.434.072	2.182.889	776.459	331.235.499
Advocacia-Geral da União	3.564.488	0	0	0	0	0	0	0	0	3.564.488
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.578.460	151.920	0	0	0	0	0	0	0	8.730.380
Banco Central do Brasil	3.340.883	0	0	0	0	0	0	0	0	3.340.883
Cidadania	148.293	0	0	0	0	0	0	0	0	148.293
Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2.870.715	2.500	0	0	0	0	0	0	0	2.873.215
Comunicações	508.734	28.500	0	0	0	0	0	0	0	537.234
Controladoria-Geral da União	1.122.515	0	0	0	0	0	0	0	0	1.122.515
Defesa	91.373.141	7.250	3.110.999	0	113.934	0	0	0	0	94.605.324
Desenvolvimento Regional	2.174.780	522.738	0	0	0	0	0	0	0	2.697.518
Economia	24.273.678	64.408	0	0	0	0	0	0	0	24.338.086
Educação	74.575.413	38.505	0	0	934.328	0	0	0	0	75.548.246
Encargos Financeiros da União	0	10.644.455	0	363.998	1.973.663	11.534.028	2.434.072	2.182.889	578.310	29.711.415
Infraestrutura	3.800.996	5.325	0	0	0	0	0	0	0	3.806.321
Justiça e Segurança Pública	12.597.149	0	0	0	0	0	0	0	0	12.597.149
Meio Ambiente	1.705.042	0	0	0	0	0	0	0	0	1.705.042
Minas e Energia	1.016.641	32.889	0	0	0	0	0	0	0	1.049.530
Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	56.956	0	0	0	0	0	0	0	0	56.956
Presidência da República	965.769	0	0	0	0	0	0	0	0	965.769
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	5.513.830	0	0	0	0	0	0	0	198.149	5.711.979
Relações Exteriores	1.903.142	0	0	0	0	0	0	0	0	1.903.142
Saúde	18.113.227	332.899	0	0	0	0	0	0	0	18.446.126
Trabalho e Previdência	14.999.955	0	0	0	0	0	0	0	0	14.999.955
Transferências - FCDF	18.945.485	0	0	0	292.200	0	0	0	0	19.237.685

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 109 - LDO-2022	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	2022		2023					TOTAL
			REAJUSTES JÁ AUTORIZADOS	PROVIMENTOS 2022	PROVIMENTOS 2023	REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS	DISSÍDIOS DE ESTATAIS	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL	REINTEG. SERVIDORES EX- TERRITÓRIOS	
Turismo	598.371	0	0	0	0	0	0	0	0	598.371
Vice-Presidência da República	10.173	0	0	0	0	0	0	0	0	10.173
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	394.172	0	0	0	0	0	0	0	0	394.172
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	281.285	0	0	0	0	0	0	0	0	281.285
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	191.476	0	0	0	0	0	0	0	0	191.476
Agência Nacional de Mineração - ANM	282.670	0	0	0	0	0	0	0	0	282.670
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	611.688	0	0	0	0	0	0	0	0	611.688
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	195.344	0	0	0	0	0	0	0	0	195.344
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	259.922	0	0	0	0	0	0	0	0	259.922
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	110.597	0	0	0	0	0	0	0	0	110.597
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	386.463	0	0	0	0	0	0	0	0	386.463
Agência Nacional de Águas - ANA	106.124	0	0	0	0	0	0	0	0	106.124
Agência Nacional de Cinema - ANCINE	96.857	0	0	0	0	0	0	0	0	96.857
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	13.106	0	0	0	0	0	0	0	0	13.106
TOTAL UNIÃO	356.445.179	11.831.389	3.110.999	640.302	4.334.201	14.119.766	2.434.072	2.182.889	776.459	395.875.256

**- Demonstrativo da Dívida Líquida do
Governo Central – informações
constam no PLOA 2023**

Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2023

(LDO 2023 - Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2023)

V - memória de cálculo das estimativas para 2023 com indicação dos órgãos e das entidades de competência técnica responsável pela estimativa previstos em regulamento:

f) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso X do Anexo I.

Demonstrativo da Dívida Líquida do Governo Central - DLGC

	2019		2020		2021		2022		2023	
Fatores de variação da DLGC	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Juros Nominais	310.115	4,20	266.657	3,6	407.282	4,7	618.791	6,4	658.186	6,2
Resultado Primário	88.899	1,20	745.266	10,0	35.872	0,4	34.172	0,4	63.670	0,6
Variação Cambial	- 55.454	-0,75	- 369.048	-4,9	- 119.311	-1,4	125.033	1,3	8.394	0,1
Outros*	- 29.244	-0,40	- 69.435	-0,9	54.410	0,6	120.446	1,2	25.000	0,2
Variação nominal da DLGC	314.317	4,25	573.440	7,7	378.254	4,4	898.442	9,2	755.249	7,1
Estoque da DLGC	3.078.019		3.651.460		4.029.713		4.928.155		5.683.404	

*Reconhecimento de dívidas e outros ajustes da dívida externa (inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa, e demais ajustes da área externa).

- Possibilidades de intervenção -

Possibilidades de Intervenção

Durante todo o ciclo orçamentário é possível a sociedade intervir.

Entretanto, o momento ideal é durante sua elaboração nos diversos órgãos do poder executivo, onde são definidas as prioridades.

Um segundo momento é durante o processo de discussão no Legislativo.

Possibilidades de Intervenção

A conquista de resultados positivos na negociação não garante a sua execução. Assim, ao longo do ano, é preciso fazer o acompanhamento da execução orçamentária e exigir o seu cumprimento.

Possibilidades de Intervenção

- Acompanhar elaboração e aprovação da LDO e da LOA (Executivo e Legislativo)
- Acompanhar execução do Orçamento (pelo Executivo)
- Acompanhar fiscalização das contas (pelo Legislativo, através dos Tribunais de Contas)

A disputa pelo Estado passa pela disputa por seus recursos.

A disputa pela apropriação dos recursos administrados pelo Estado, em nome da sociedade, ocorre basicamente em duas esferas:

- na arrecadação
- na alocação dos recursos públicos (gastos)